

Resumo dos artigos aditados ao CPC pela Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho

Mediação pré-judicial

De acordo com o artigo 249.º-A, as partes têm a possibilidade de recorrer a um meio de resolução alternativa de litígios antes de procurarem uma decisão judicial. O recurso a um dos sistemas de mediação pré-judicial, previstos em portaria do Governo, tem como efeito **a suspensão dos prazos de caducidade e prescrição a partir do momento em que for pedida a intervenção do mediador.**

Contudo, a suspensão prevista no art. 249.º-A está dependente da publicação de uma portaria que identifique os sistemas de mediação. Ora, como ainda não saiu esta portaria, apesar deste artigo já estar em vigor ainda não há a suspensão dos prazos.

Os prazos de caducidade e prescrição retomam a sua contagem a partir do momento em que:

- Uma das partes recuse submeter-se ou recuse continuar com a mediação;
- O mediador determinar o fim do processo de mediação.

A falta de acordo e a recusa de submissão a mediação são comprovadas pelas entidades gestoras dos sistemas previstos na portaria atrás referida. A inclusão dos sistemas de mediação na referida portaria depende da verificação da idoneidade do sistema bem da sua entidade gestora.

As partes podem pedir ao juiz a homologação do acordo obtido em sede de mediação de forma a garantir a sua legalidade, apresentando o pedido em qualquer tribunal competente em função da matéria. O pedido deve ser feito, preferencialmente, através de via electrónica (nos termos a definir em portaria futura) e terá natureza de pedido urgente, sendo decidido sem necessidade de prévia distribuição.

Quando a homologação seja recusada o acordo é devolvido às partes, tendo estas um prazo de 10 dias para submeter um novo acordo a homologação.

Mediação e suspensão da instância

A mediação também é possível quando já exista uma acção a decorrer em tribunal, podendo ser iniciado de duas formas distintas:

Decisão do juiz: Em qualquer estado da causa, o juiz pode, quando entenda ser conveniente, decidir a remessa do processo para mediação e suspender a instância, salvo oposição expressa de alguma das partes a essa remessa.

Decisão das partes: As partes podem decidir, em conjunto, submeter o seu litígio à mediação, acordando na suspensão da instância. Esta suspensão verifica-se automaticamente e sem necessidade de despacho judicial, uma vez que seja comunicado por qualquer das partes o recurso a sistemas de mediação.

Quando não seja alcançado acordo o mediador dá conhecimento desse facto ao tribunal, preferencialmente por via electrónica, cessando automaticamente a suspensão sem necessidade de qualquer acto do juiz ou da secretaria.

Nos casos em que as partes obtenham acordo na mediação, o mesmo é remetido ao tribunal, preferencialmente por via electrónica, seguindo os termos referidos na lei para a transacção.

Disposições gerais

Exceptuando o acordo alcançado, o teor das sessões de mediação é confidencial, não podendo ser valorado como prova em tribunal salvo em circunstâncias excepcionais, nomeadamente quando esteja em causa a protecção da integridade física ou psíquica de qualquer pessoa.

Os artigos 249.º-A a 249.º-C e 279.º-A aditados ao CPC entram em vigor no dia seguinte ao da sua aplicação.